



ILHABELA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA - SÃO PAULO

**COORDENADOR PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Administração e Situações Gerenciais
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Conhecimentos Específicos - Bibliografia Sugerida

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Legislação Municipal

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ILHABELA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA - SÃO PAULO

Coordenador Pedagógico
da Educação Infantil e
Ensino Fundamental –
Anos Iniciais

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

CÓD: SL-012AG-26
7901183004577

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos; Sentido próprio e figurado das palavras.....	8
3. Pontuação	11
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	14
5. Concordância verbal e nominal	23
6. Regência verbal e nominal	26
7. Colocação pronominal	30
8. Crase	32

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	43
2. Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum	47
3. Porcentagem; Razão e proporção; Regra de três simples ou composta	49
4. Equações do 1º ou do 2º grau	52
5. Sistema de equações do 1º grau.....	56
6. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	57
7. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico	62
8. Tratamento da informação – média aritmética simples	66
9. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales.....	69
10. Raciocínio Lógico: Estruturas lógicas; Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de Morgan; diagramas lógicos; Lógica de primeira ordem	78
11. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões	82

Noções de Informática

1. Windows 10 ou superior: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos do Microsoft-365	91
2. Word: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto.....	99
3. Excel: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados	100
4. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: navegação	103
5. Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.....	105
6. MS Teams: chats, chamadas de áudio e vídeo, criação de grupos, trabalho em equipe: Word, Excel, PowerPoint, SharePoint e OneNote, agendamento de reuniões e gravação	109
7. OneDrive: armazenamento e compartilhamento de arquivos	118

Noções de Administração e Situações Gerenciais

1. Aspectos gerais da administração. Organizações como sistemas abertos.....	123
2. Funções administrativas. Planejamento, organização, direção e controle. Motivação, comunicação e liderança	126
3. Processo decisório e resolução de problemas	133
4. Noções básicas de gerência e gestão de organizações e de pessoas.....	134
5. Eficiência e funcionamento de grupos. O indivíduo na organização: papéis e interações. Trabalho em equipe. Equipes de trabalho	137
6. Responsabilidade, coordenação, autoridade, poder e delegação	143
7. Avaliação de desempenho	147
8. Compromisso com a qualidade nos serviços prestados	148
9. Relações pessoais no ambiente de trabalho.....	151
10. Organização do trabalho na repartição pública: economia de suprimentos	156
11. Comunicação interpessoal e solução de conflitos	160
12. Excelência no atendimento ao cidadão. O enfoque na qualidade. O atendimento presencial e por telefone.....	164

Conhecimentos Específicos

Anos Finais e Ensino Médio Coordenador Pedagógico da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Arts. 3º a 5º; 15 a 18-A; 53 e 53-A; 59-A; 70 a 70-B.....	171
2. Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n.º 15.211/2025)	173
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): Arts. 2º a 5º; 7º a 16; 18; 23 a 28; 39 e 40; 42; 46; 48; 53; 56 e 57; 62-A e 63; 73-A a 75; 77 e 78; 88; 95	181
4. LDBEN (Lei nº 9.394/1996): Arts. 1º a 6º; 7º-A e 8º; 9º, incisos I, IV e IV-A; 10º, incisos II, III e VI; 11 a.....	188
5. LGPD (Lei nº 13.709/2018): Arts. 1º a 32; 37 a 40; 46 a 51.	188
6. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) no território nacional (Lei nº 13.185/2015)	198
7. Lei nº 14.811/2024	199
8. Como agir em casos de bullying e cyberbullying na escola	201
9. Gestão Pedagógica da Educação Inclusiva	204
10. Formação Continuada dos Professores.....	207
11. Planejamento Pedagógico Inclusivo.....	208
12. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Tecnologias Assistivas	211
13. Educação Especial na perspectiva inclusiva	212
14. Mediação de Conflitos	216
15. Acessibilidade Escolar (Arquitetônica; Comunicacional; Pedagógica; Digital; Atitudinal)	217
16. Trabalho Interdisciplinar	222
17. Relação Escola-Família	225

Conhecimentos Específicos - Bibliografia Sugerida

1. Danyelle Nilin Gonçalves, Elizabeth Furtado, Epitácio Macário Moura. Sociologia da Educação. 3ª Ed. Fortaleza, UECE, 2019	235
2. Osmar Hélio Alves Araújo. COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DOCENTE Diálogos possíveis no âmbito escolar, 1ª Ed. Recife: UFPE, 2017.....	237
3. HEES, Carlos Alexandre. Ramirez, Germana Ponce de Leon (organizadores). Discussões e estudos sobre gestão educacional. Volumes 1 e 2. Ponta Grossa: Atena, 2022	239
4. VIEIRA, Sofia Lerche. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Fortaleza: UECE, 2015.....	241
5. BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de Educação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999	243
6. FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.....	245
7. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 57ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de Toschi.....	247
8. SEABRA, Mirza. Educação escolar: política, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012	250
9. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1983.....	250
10. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005	253
11. PARO, Vitor. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez, 2010	254
12. PARO, Vitor. Diretor Escolar: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.	256
13. PARO, Vitor. Gestão Democrática da Escola Pública. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016	259
14. VYGOTSKY, L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001	261
15. MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições a luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013	263
16. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1983.....	265
17. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2011	266
18. MURICI, Izabela. CHAVES, Neuza. Gestão Para Resultados na Educação. Editora Falconi, 2016	268
19. VILLA BOAS, Benigna (Org.), Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico. Papirus Editora, 2017	269
20. SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de Aprendizagem, 5ª Edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019. F.....	269
21. ARAUJO, Ulisses. Assembleia Escolar. Um Caminho Para a Resolução de Conflitos. Moderna, 2014. F.....	272
22. ARAUJO, Ulisses. Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares. Editora Summus, 2015.....	275
23. GANDIN, Danilo. GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Editora Vozes, 2011.....	277
24. LIPP, Marilda (Org.). Sentimentos que causam stress: Como lidar com eles. Papirus Editora, 2015	277
25. CARDOSO Afonso Ligório. QUADROS Silvia Cristina de Oliveira. FERRI, Carlos Alberto, SEABRA, Alessandra Gotuzo.....	277
26. MAIA, Suzete Araújo Águas. NEVES, Edna Rosa Correia. Educação integral e as múltiplas formas de aprendizagem. Editora CRV, 2021. F.....	277
27. ARAUJO, Ulisses, Assembleia Escolar. Um Caminho Para a Resolução de Conflitos. Moderna, 2014. GANDIN, Danilo	277
28. GANDIN, Luís Armando, Autogestão na sala de aula: as assembleias escolares. Editora Summus, 2015. LIPP, Marilda (Org.), Temas para um projeto político-pedagógico. Editora Vozes, 2011	277
29. CARDOSO Afonso Ligório. QUADROS Silvia Cristina de Oliveira. FERRI, Carlos Alberto, SEABRA, Alessandra Gotuzo. MAIA, Suzete Araújo Águas. NEVES, Edna Rosa Correia, Sentimentos que causam stress: Como lidar com eles. Papirus Editora, 2015	277
30. DE CARDOSO, Afonso Ligório, Educação integral e as múltiplas formas de aprendizagem. Editora CRV, 2021	277
31. PEREIRA, Ana Carolina Reis. Direitos Humanos, Justiça Restaurativa e Violência Escolar / Ana Carolina Reis Pereira. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020	278

Legislação Municipal

1. Estatuto dos servidores públicos municipais do Município da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Complementar nº 1.326, de 26/10/2018: artigos 1º e ao 3º, 6º ao 42, 45 a 47, 49 e 50, 52, 60, 62 a 72, 74 a 109, 114 a 124	279
2. Plano de cargos, carreira e vencimentos do Magistério Público Municipal da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Municipal nº 1.327, de 26/10/2018: artigos 1º parágrafo único a 2º, 4º e 5º, 7º a 8º, 12 e 13, 16 a 44, 47, 49, 50-A, 54 a 58, 64 e 65	297
3. Código de Ética e Conduta do Agente Público Municipal da Administração Direta e Indireta do Município de Ilhabela – Decreto Municipal Nº 11.210, de 11/02/2025	307

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS).

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

- **Ficcionalidade:** os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, criando-o.
- **Aspecto subjetivo:** o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.
- **Ênfase na função poética da linguagem:** o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.
- **Plurissignificação:** as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS; SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

A significação das palavras desempenha um papel fundamental na comunicação humana, sendo essencial para a compreensão precisa e eficaz das mensagens transmitidas. Esse estudo pertence à área da semântica, ramo da linguística que se dedica ao significado das palavras e às relações de sentido que elas estabelecem entre si.

Através do entendimento dessas relações, como sinonímia, antonímia, polissemia, entre outras, é possível aprimorar a interpretação de textos e discursos, evitando ambiguidades e mal-entendidos.

O objetivo deste estudo é explorar as principais classificações de significados e suas interconexões, oferecendo exemplos práticos que ilustram como as palavras podem assumir diferentes funções de acordo com o contexto em que são inseridas.

Ao analisar essas nuances, busca-se proporcionar uma visão mais aprofundada da dinâmica linguística, evidenciando a riqueza e a complexidade da língua portuguesa.

RELAÇÕES DE SENTIDO

No estudo da semântica, as palavras podem ser classificadas de acordo com as relações de sentido que estabelecem entre si. Essas relações são fundamentais para a construção de significados e para a clareza na comunicação. Entre as principais relações de sentido, destacam-se a sinonímia e a antonímia.

► **Sinonímia**

A sinonímia refere-se à relação entre palavras que possuem significados semelhantes ou próximos. Palavras sinônimas podem ser usadas de forma intercambiável em diferentes contextos, embora nuances de sentido ou grau de formalidade possam variar entre elas. Um exemplo clássico de sinonímia é a relação entre “inteligente” e “esperto”, onde ambas as palavras denotam alguém com rapidez de raciocínio ou habilidade para resolver problemas.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

▪ Todo número natural dado tem um sucessor

- a) O sucessor de 0 é 1.
- b) O sucessor de 1000 é 1001.
- c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o * para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

▪ Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Expressões Numéricas

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se, em uma expressão numérica, aparecerem as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

Exemplo 1

$$\begin{aligned} 10 + 12 - 6 + 7 \\ 22 - 6 + 7 \\ 16 + 7 \\ 23 \end{aligned}$$

Exemplo 2

$$\begin{aligned} 40 - 9 \times 4 + 23 \\ 40 - 36 + 23 \\ 4 + 23 \\ 27 \end{aligned}$$

Exemplo 3

$$\begin{aligned} 25 - (50 - 30) + 4 \times 5 \\ 25 - 20 + 20 = 25 \end{aligned}$$

Números Inteiros

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$

Subconjuntos do conjunto $\mathbb{Z}$:

- 1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots, -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

- 2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

- 3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -3, -2, -1\}$$

Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma $\frac{a}{b}$, onde a e b são inteiros quaisquer, com $b \neq 0$. São exemplos de números racionais:

- $12/51$
- 3
- (-3)
- 2,333...

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais:

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, porém a dízima deve ser periódica para ser número racional.

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333 \dots$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535 \dots$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666 \dots$$

Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros (100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se a dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$X = 0,333 \dots$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por

10.

$$10x = 3,333 \dots$$

E então subtraímos:

$$10x - x = 3,333 \dots - 0,333 \dots$$

$$9x = 3$$

$$x = 3/9$$

$$x = 1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

Façamos x = 1,1212...

$$100x = 112,1212 \dots$$

Subtraindo:

$$100x - x = 112,1212 \dots - 1,1212 \dots$$

$$99x = 111$$

$$x = 111/99$$

Números Irracionais

Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma $\frac{a}{b}$, com a e b inteiros e $b \neq 0$.

Ex.: $- = 0$ e 0 é um número racional.

- O quociente de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Ex.: $: = 2$ e 2 é um número racional.

- O produto de dois números irracionais, pode ser um número racional.

Ex.: $. = 7$ é um número racional.

Ex.: radicais(a raiz quadrada de um número natural, se não inteira, é irracional.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**WINDOWS 10 OU SUPERIOR: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTE-
RAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS DO MICROSOFT-365**

WINDOWS 10

O sistema operacional é o programa responsável por controlar o funcionamento geral do computador. Ele atua como uma ponte entre o usuário, os programas instalados e os componentes físicos da máquina, como processador, memória, armazenamento, teclado, mouse, monitor e impressora. Sem um sistema operacional, o computador teria grande limitação de uso, pois o usuário não teria uma interface organizada para abrir programas, salvar arquivos, configurar dispositivos ou executar tarefas básicas.

No caso do Windows 10, o sistema operacional apresenta um ambiente gráfico voltado à facilidade de uso. Por meio de janelas, menus, ícones, botões e barras, o usuário consegue interagir com o computador de maneira visual, sem precisar digitar comandos complexos para realizar atividades comuns. Essa característica torna o Windows amplamente utilizado em computadores pessoais, ambientes escolares, escritórios e diversos contextos profissionais.

► Características gerais do Windows 10

Ambiente de trabalho e recursos principais

O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft desenvolvido para computadores, notebooks, tablets e outros dispositivos compatíveis. Ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe recursos voltados à produtividade, à organização das tarefas e à integração com diferentes tipos de equipamentos. Entre seus elementos mais conhecidos estão o Menu Iniciar, a Área de Trabalho, a Barra de Tarefas, o Explorador de Arquivos e as ferramentas de configuração do sistema.

Um dos pontos de destaque do Windows 10 é a retomada do Menu Iniciar em formato mais familiar ao usuário, combinando a organização tradicional dos programas com blocos dinâmicos e atalhos para aplicativos. Além disso, o sistema permite trabalhar com várias janelas ao mesmo tempo, alternar entre programas abertos e organizar atividades em múltiplas áreas de trabalho, recurso útil para quem precisa separar tarefas pessoais, escolares ou profissionais.

► Menu Iniciar e acesso aos programas



Centro de acesso aos recursos do sistema

O Menu Iniciar é uma das principais portas de entrada para os recursos do Windows 10. Ele permite acessar programas instalados, configurações do sistema, documentos recentes, opções de conta e comandos de energia. Por meio dele, o usuário pode localizar aplicativos, abrir ferramentas administrativas, acessar pastas importantes e personalizar parte da experiência de uso.

O Botão Iniciar, localizado geralmente no canto inferior esquerdo da tela, abre esse menu e funciona como um centro de comando do computador. A partir dele, é possível acessar a lista de programas, pesquisar arquivos, entrar nas configurações, bloquear a conta, sair do usuário atual, reiniciar ou desligar o equipamento. Por essa razão, conhecer o Menu Iniciar é essencial para utilizar o Windows com segurança e autonomia.

► Operações básicas do sistema

Iniciar, reiniciar, desligar, suspender, hibernar, sair e bloquear

O Windows oferece diferentes opções para encerrar, pausar ou proteger uma sessão de uso. Cada uma dessas ações possui uma finalidade específica e deve ser escolhida conforme a necessidade do usuário. Algumas desligam completamente o computador, enquanto outras apenas reduzem o consumo de energia ou bloqueiam o acesso à conta.

A tabela a seguir resume as principais operações do sistema e sua função no uso cotidiano.

Operação	Função principal	Situação de uso
Desligar	Encerra completamente o funcionamento do computador.	Quando o usuário terminou suas atividades.
Reiniciar	Desliga e liga novamente o sistema.	Após atualizações, instalações ou correções de falhas.
Suspender	Reduz o consumo de energia e mantém as tarefas abertas.	Em pausas curtas durante o uso.
Hibernar	Salva o estado atual no armazenamento e desliga o equipamento.	Em notebooks ou pausas mais longas.
Sair	Encerra a sessão do usuário atual.	Quando outra pessoa utilizará o computador.
Bloquear	Protege a conta sem fechar os programas abertos.	Quando o usuário se afasta temporariamente.
Trocar usuário	Permite alternar para outra conta sem encerrar a sessão atual.	Quando mais de uma pessoa usa o mesmo computador.

► Relação entre usuário, programas e hardware

Como o Windows organiza o funcionamento do computador

O Windows 10 organiza a comunicação entre o usuário, os programas e o hardware. Quando uma pessoa abre um editor de texto, por exemplo, o sistema operacional solicita recursos ao processador, utiliza memória RAM para manter o programa em execução, acessa o armazenamento para abrir ou salvar arquivos e exibe o conteúdo no monitor. Tudo isso ocorre de forma coordenada, permitindo que o usuário realize tarefas sem precisar controlar diretamente cada componente físico.

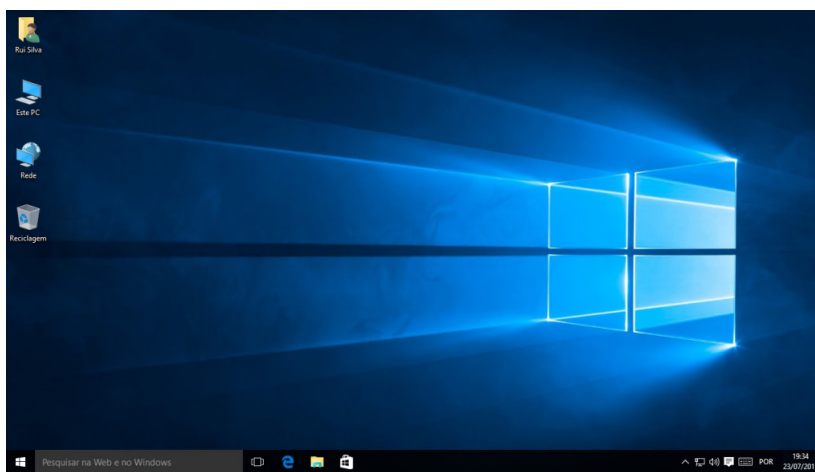
Essa função de gerenciamento é uma das razões pelas quais o sistema operacional é considerado essencial. Ele administra recursos, organiza arquivos, controla dispositivos, executa programas e oferece uma interface de uso. Assim, aprender a utilizar o Windows 10 não significa apenas conhecer botões e menus, mas compreender como o computador responde às ações do usuário e como seus recursos podem ser usados de maneira mais eficiente.

ÁREA DE TRABALHO, ÍCONES, ATALHOS E BARRA DE TAREFAS

► Área de trabalho

Ambiente principal de interação com o Windows

A Área de Trabalho, também chamada de desktop, é a tela principal exibida após o usuário fazer login no Windows. Ela funciona como o espaço inicial de organização das atividades, pois permite visualizar programas abertos, acessar arquivos, abrir pastas, utilizar atalhos e interagir com os principais recursos do sistema. De forma didática, pode-se entender a Área de Trabalho como uma mesa virtual, na qual o usuário organiza os elementos mais importantes para o uso cotidiano do computador.



Área de trabalho no Windows 10

<https://www.i-tecnico.pt/windows-10-ambiente-de-trabalho/>

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E SITUAÇÕES GERENCIAIS

ASPECTOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO. ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

A administração pode ser compreendida como o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, com o objetivo de alcançar metas organizacionais de maneira eficiente e eficaz. Trata-se de uma atividade essencial em qualquer tipo de organização, independentemente de seu porte ou finalidade, pois está diretamente relacionada à coordenação de esforços coletivos.

Nesse sentido, a administração não se limita a um conjunto de técnicas, mas constitui um campo de conhecimento estruturado, com fundamentos teóricos e aplicações práticas. Sua atuação envolve tomada de decisão, alocação de recursos e adaptação constante às mudanças do ambiente.

► Evolução do pensamento administrativo até a abordagem sistêmica

Das teorias clássicas à complexidade organizacional

O pensamento administrativo evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Inicialmente, predominavam abordagens mecanicistas, como a Administração Científica e a Teoria Clássica, que enxergavam a organização como uma estrutura rígida, focada na eficiência interna.

Posteriormente, surgiram abordagens mais voltadas ao fator humano e às relações sociais, como a Teoria das Relações Humanas. No entanto, essas perspectivas ainda apresentavam limitações ao analisar as organizações de forma isolada. Foi nesse contexto que emergiu a abordagem sistêmica, propondo uma visão mais ampla, integrada e dinâmica das organizações.

► Conceito de sistema e seus elementos

Definição de sistema

Um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes que interagem entre si com o objetivo de formar um todo organizado. Esses elementos não funcionam de maneira isolada, mas sim em constante interação, o que faz com que alterações em uma parte do sistema afetem o conjunto como um todo.

Elementos fundamentais de um sistema

Para compreender o funcionamento de um sistema, é importante identificar seus principais componentes. De forma didática, esses elementos podem ser apresentados da seguinte maneira:

- Entradas (inputs): recursos ou informações que ingressam no sistema
- Processamento (transformação): atividades que convertem as entradas em resultados
- Saídas (outputs): produtos, serviços ou resultados gerados pelo sistema
- Retroalimentação (feedback): informações sobre o desempenho do sistema
- Ambiente: contexto externo que influencia e é influenciado pelo sistema

Esses elementos permitem compreender como os sistemas operam de forma dinâmica e integrada, sendo essenciais para a análise organizacional.

► Sistemas fechados e sistemas abertos

Diferenças conceituais

Os sistemas podem ser classificados, de maneira geral, em fechados ou abertos. Os sistemas fechados são aqueles que operam com pouca ou nenhuma interação com o ambiente externo, sendo mais teóricos do que reais no contexto organizacional. Já os sistemas abertos mantêm constante intercâmbio com o ambiente, recebendo influências e também exercendo impacto sobre ele.

Relevância para as organizações

As organizações modernas são, essencialmente, sistemas abertos, pois dependem de recursos externos e estão sujeitas a fatores ambientais como mercado, legislação, tecnologia e cultura. Ignorar essa interação compromete a compreensão da realidade organizacional, tornando a abordagem sistêmica fundamental para a administração contemporânea.

ORGANIZAÇÕES COMO SISTEMAS ABERTOS

► Conceito de organização como sistema aberto

Interação constante com o ambiente

As organizações são compreendidas, na abordagem sistêmica, como sistemas abertos porque mantêm uma relação contínua de troca com o ambiente externo. Diferentemente de estruturas isoladas, elas dependem de insumos externos para funcionar e, ao mesmo tempo, devolvem ao ambiente produtos, serviços e impactos diversos. Essa dinâmica torna as organizações entidades vivas, sujeitas a mudanças, adaptações e influências constantes.

Essa perspectiva rompe com visões tradicionais que tratavam a organização como um sistema fechado, autossuficiente e previsível. Ao contrário, o modelo de sistema aberto reconhece a complexidade organizacional e a necessidade de adaptação contínua diante de um ambiente instável e competitivo.

► **Relação entre organização e ambiente externo**

Ambiente como fonte de recursos e pressões

O ambiente externo desempenha papel fundamental na existência e no funcionamento das organizações. Ele fornece recursos essenciais, como matéria-prima, capital, tecnologia e mão de obra, além de impor restrições e exigências por meio de fatores econômicos, políticos, sociais e legais.

A compreensão dessa relação é essencial para a gestão estratégica, pois a sobrevivência organizacional depende da capacidade de interpretar e responder adequadamente às mudanças ambientais.

Para compreender melhor os principais elementos do ambiente que influenciam as organizações, destacam-se:

- Fatores econômicos, como inflação, taxas de juros e mercado consumidor
- Fatores tecnológicos, relacionados à inovação e transformação digital
- Fatores políticos e legais, como regulamentações e políticas públicas
- Fatores sociais e culturais, que influenciam comportamento e consumo

► **Fluxo sistêmico: entradas, transformação e saídas**

Dinâmica operacional do sistema aberto

As organizações operam por meio de um fluxo contínuo de transformação de recursos. Inicialmente, recebem entradas (inputs), que podem incluir insumos físicos, informações, capital e trabalho humano. Esses elementos são processados internamente por meio de atividades organizacionais, resultando em saídas (outputs), como bens, serviços ou informações.

Importância da retroalimentação

A retroalimentação (feedback) é um elemento essencial nesse processo, pois permite à organização avaliar seu desempenho e corrigir eventuais desvios. Por meio do feedback, a organização ajusta suas operações, aprimora seus processos e aumenta sua capacidade de adaptação ao ambiente.

► **Interdependência entre subsistemas organizacionais**

Integração interna da organização

Uma organização, enquanto sistema aberto, é composta por diversos subsistemas interdependentes, como o setor financeiro, de recursos humanos, de produção e de marketing. Cada um desses subsistemas desempenha funções específicas, mas nenhum opera de forma isolada.

Alterações em um subsistema tendem a impactar os demais, exigindo coordenação e alinhamento entre as diferentes áreas. Essa interdependência reforça a importância de uma gestão integrada, capaz de considerar o todo organizacional.

► **Equilíbrio dinâmico e adaptação organizacional**

Busca pela sobrevivência e estabilidade

As organizações buscam constantemente um estado de equilíbrio dinâmico, ou seja, uma condição em que conseguem manter sua estabilidade interna mesmo diante de mudanças externas. Esse equilíbrio não é estático, mas sim resultado de ajustes contínuos.

Capacidade adaptativa

A sobrevivência organizacional está diretamente relacionada à capacidade de adaptação. Organizações que conseguem interpretar sinais do ambiente, antecipar mudanças e responder de forma eficiente tendem a se manter competitivas. Já aquelas que não se adaptam correm o risco de entrar em declínio.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES DA ABORDAGEM SISTÊMICA NAS ORGANIZAÇÕES

► **Visão de totalidade e integração**

Organização como um todo integrado

A abordagem sistêmica enfatiza que a organização deve ser compreendida como um todo, e não apenas pela soma de suas partes isoladas. Isso significa que decisões e ações em um setor podem gerar impactos diretos ou indiretos em outros, exigindo uma visão global por parte dos gestores. Essa perspectiva amplia a capacidade analítica e evita soluções fragmentadas que poderiam comprometer o desempenho organizacional.

Importância da visão holística

A visão holística permite que os gestores identifiquem conexões, padrões e interdependências dentro da organização. Dessa forma, torna-se possível compreender melhor os efeitos das decisões e promover maior alinhamento entre os diferentes setores e objetivos organizacionais.

► **Sinergia e interdependência**

O conceito de sinergia

Um dos princípios fundamentais da abordagem sistêmica é a sinergia, que ocorre quando a interação entre as partes gera um resultado superior ao que seria obtido se elas atuassem isoladamente. Em outras palavras, o todo é maior do que a soma das partes.

Relações de interdependência

Os diversos setores de uma organização são interdependentes, ou seja, dependem uns dos outros para funcionar adequadamente. Essa interdependência exige coordenação, comunicação eficiente e alinhamento estratégico entre as áreas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA - LEI Nº 8.069/1990): ARTS. 3º A 5º; 15 A 18-A; 53 E 53-A; 59-A; 70 A 70-B

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(...)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visitação periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

(...)

CAPÍTULO II DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

(...)

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

(...)

Art. 59-A. As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

Parágrafo único. Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)

(...)

TÍTULO III DA PREVENÇÃO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - a integração com os órgãos de segurança pública, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, na proteção e na defesa dos direitos da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 15.280, de 2025)

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

DANYELLE NILIN GONÇALVES, ELIZABETH FURTADO, EPITÁCIO MACÁRIO MOURA. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. 3ª ED. FORTALEZA, UECE, 2019

Sociologia da Educação é um livro didático elaborado por Danyelle Nilin Gonçalves, Elizabeth Furtado e Epitácio Macário Moura para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, publicado pela EdUECE, em Fortaleza, em sua terceira edição de 2019. A obra está organizada em quatro capítulos, cada um estruturado com objetivos, introdução, seções teóricas, textos complementares, sínteses e atividades de avaliação, seguindo o formato próprio do ensino a distância universitário.

O livro percorre um itinerário que vai da apresentação dos clássicos da sociologia da educação até a análise da situação educacional brasileira contemporânea, articulando teoria sociológica, filosofia política e dados empíricos sobre o sistema educacional do Brasil.

► Estrutura geral

CAPÍTULO 1: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, EXPLICAÇÕES INTRODUTÓRIAS À SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

O primeiro capítulo apresenta o pensamento de cinco autores clássicos sobre a relação entre educação e sociedade. Examina Karl Marx e o projeto de superação da sociedade capitalista, mostrando como a educação pode tanto reforçar a alienação quanto contribuir para a emancipação humana. Analisa Émile Durkheim e a educação voltada à conservação da sociedade, a partir da ideia de que a educação prepara, no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência social. Discute Max Weber e a relação entre o desencantamento do mundo, os três tipos de dominação, racional-legal, tradicional e carismática, e as correspondentes pedagogias de treinamento, cultivo e despertar do carisma. Apresenta Antonio Gramsci e a proposta de escola unitária, que uniria formação humanista e capacidade de trabalho manual e intelectual. Encerra com Pierre Bourdieu e a análise da escola como instância de legitimação das desigualdades sociais por meio do conceito de violência simbólica.

CAPÍTULO 2: SOCIEDADE E INDIVÍDUO

O segundo capítulo confronta duas grandes matrizes de pensamento sobre a relação entre indivíduo e sociedade. A primeira parte expõe a matriz liberal clássica, percorrendo o contexto histórico do liberalismo, a ideia de natureza humana e o individualismo possessivo em Thomas Hobbes e John Locke, e os

fundamentos do liberalismo econômico em Adam Smith. A segunda parte desenvolve a crítica marxista a essa matriz, a partir do conceito de práxis, da compreensão de sociedade e indivíduo como duas dimensões de um mesmo processo histórico, e da análise do individualismo como expressão teórica da alienação capitalista.

CAPÍTULO 3: REPRODUÇÃO SOCIAL

O terceiro capítulo desenvolve o conceito de reprodução social, distinguindo-o da reprodução biológica e situando-o na práxis produtiva e social dos homens. Examina como a educação, em sentido amplo e em sentido restrito, opera essa reprodução, e como essa operação se relaciona às classes sociais e à ideologia, por meio de três mecanismos, o obstáculo de acesso das classes trabalhadoras à escola, a desigualdade na qualidade do acesso e a veiculação de valores ideológicos dominantes. O capítulo conclui discutindo a relação entre educação e transformação social, argumentando que a educação, embora reprodutora, é atravessada pelas contradições sociais e por isso mantém potencial crítico e emancipatório.

CAPÍTULO 4: BRASIL, CRISE SOCIAL E EDUCAÇÃO

O quarto capítulo analisa as transformações recentes do capitalismo, globalização, transnacionalização e neoliberalismo, e sua inserção na realidade brasileira, caracterizada pelo conceito de servidão financeira. Percorre a história educacional brasileira desde a educação jesuítica até o século XX, e apresenta uma análise detalhada da evolução recente da educação no Brasil a partir de dados do IBGE, do Censo Escolar, do SAEB, do IDEB e do ENEM, evidenciando a persistência de desigualdades educacionais associadas a classe social, raça, região e tipo de rede de ensino.

► Teses centrais

A obra sustenta que a educação não pode ser compreendida isoladamente da estrutura social em que se insere, constituindo um processo de transmissão cultural de valores, normas e representações cuja função primordial é a reprodução do sistema social. Defende-se que essa função reprodutiva não é neutra, mas está atravessada pela divisão da sociedade em classes, de modo que a educação tende a reforçar, legitimar e naturalizar as desigualdades sociais existentes, seja pela via da inculcação moral analisada por Durkheim, seja pela via da violência simbólica analisada por Bourdieu, seja pela reprodução das relações de produção capitalistas analisada pela tradição marxista.

Argumenta-se, contudo, que essa função reprodutiva não esgota o papel social da educação, pois a prática educativa é atravessada pelas mesmas contradições que atravessam a sociedade, mantendo, por isso, potencial crítico e transformador. Sustenta-se que a oposição entre indivíduo e sociedade, naturalizada pela tradição liberal clássica desde Hobbes e Locke, é ela própria uma expressão teórica da alienação inaugurada pelo capitalismo, e que indivíduo e sociedade se produzem mutuamente através da práxis histórica dos homens.

A obra defende, por fim, que a crise educacional brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem referência às transformações do capitalismo globalizado e às políticas neoliberais adotadas no país a partir dos anos 1990, que aprofundaram a desigualdade social ao mesmo tempo em que o sistema educacional avançava na universalização quantitativa do acesso à escola, sem conseguir superar as desigualdades qualitativas de aprendizagem entre classes sociais, raças e regiões.

► Conceitos-chave

Para acompanhar a leitura da obra, é importante compreender os seguintes conceitos-chave.

- **Alienação:** fenômeno pelo qual o fruto do trabalho do trabalhador não lhe pertence, mas a um outro, tornando-se exterior e estranho a ele, de modo que não se reconhece nas mercadorias e nas relações sociais que sua própria cooperação produz.
- **Hegemonia:** processo pelo qual uma classe generaliza seus valores, sua cultura e seu programa político, de modo que o restante da sociedade os interioriza e adota, combinando coerção e consenso na disputa pelo poder na sociedade civil.
- **Violência simbólica:** imposição arbitrária de um conteúdo cultural apresentada, de maneira dissimulada, àquele que a sofre, constituindo a essência de toda ação pedagógica segundo a análise de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron.
- **Práxis:** atividade humana consciente que antecipa mentalmente o que pretende realizar e depois a executa, distinguindo-se em práxis produtiva, voltada à transformação da natureza, e práxis social, voltada às relações entre os próprios homens.
- **Reprodução social:** processo pelo qual a experiência sócio-histórica produzida pela práxis produtiva e social dos homens se fixa, acumula e se transmite através da sociedade, garantindo sua continuidade não por herança biológica, mas por criação, acúmulo e transmissão constantes.
- **Servidão financeira:** conceito que caracteriza os vínculos entre a periferia e o centro do sistema capitalista a partir dos anos 1980, marcados não pelo simples consentimento à dominação externa, mas pela disposição ativa das elites nacionais em produzir e manter essa relação de dependência.
- **Neoliberalismo:** doutrina e prática ideológica e política que restabelece o princípio do individualismo e defende a liberdade mais plena para o mercado e para o trânsito das grandes corporações transnacionais, operacionalizada por meio de privatização, desregulamentação e abertura da economia ao capital internacional.

► Contribuições e atualidade

A obra tem o mérito de apresentar de forma acessível, mas rigorosa, o pensamento dos principais clássicos da sociologia da educação, articulando-os a um fio condutor comum, a tensão entre reprodução e transformação social, o que permite ao leitor compreender tanto a especificidade de cada autor quanto o diálogo crítico entre eles. A escolha de encerrar cada seção teórica com exemplos concretos, dados estatísticos e textos complementares fortalece o vínculo entre a teoria sociológica clássica e a realidade educacional brasileira contemporânea.

A análise do capítulo final sobre os índices educacionais brasileiros, fundamentada em dados do IBGE, do Censo Escolar e das avaliações do MEC, permanece valiosa como registro histórico e analítico de um momento específico da educação brasileira, e o quadro conceitual mobilizado, globalização, neoliberalismo, servidão financeira, permanece um instrumento útil para a análise de tendências educacionais posteriores, ainda que os dados numéricos específicos exijam atualização.

A síntese proposta no terceiro capítulo, que recusa tanto o determinismo reprodutivista puro quanto o voluntarismo pedagógico ingênuo, oferece um quadro teórico equilibrado, particularmente útil para a formação de professores, ao evitar tanto o pessimismo paralisante quanto o otimismo ingênuo sobre o potencial transformador da educação.

► Pontos de tensão e leitura crítica

A obra assume explicitamente uma orientação teórica marxista como fio condutor de sua análise, o que se reflete na forma como os demais autores, Durkheim, Weber e Bourdieu, são apresentados frequentemente em contraste com a tradição marxista, e na extensão dedicada à crítica da matriz liberal clássica e do neoliberalismo no segundo e no quarto capítulos. Essa escolha teórica é coerente com o propósito formativo do livro, mas representa uma tomada de posição dentro de um campo de disputa acadêmica em que argumentos favoráveis ao liberalismo político e econômico não recebem o mesmo desenvolvimento crítico dedicado à sua exposição inicial.

O quarto capítulo, centrado em dados estatísticos e econômicos do período entre o final dos anos 1990 e 2008, situa a análise da crise social e educacional brasileira em um momento histórico determinado, de modo que sua leitura contemporânea beneficia-se da contextualização quanto a mudanças posteriores nas políticas educacionais e nos indicadores sociais brasileiros.

A apresentação dos cinco clássicos no primeiro capítulo, por cobrir um espectro amplo de autores em um único capítulo introdutório, prioriza a clareza expositiva e a síntese sobre o aprofundamento monográfico de cada teoria, o que é adequado ao propósito de um material didático introdutório, mas exige do leitor interessado em aprofundamento a busca das obras originais de cada autor.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA – LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 26/10/2018: ARTIGOS 1º E AO 3º, 6º AO 42, 45 A 47, 49 E 50, 52, 60, 62 A 72, 74 A 109, 114 A 124

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 26/10/2018

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA.

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA, MARCIO BATISTA TENÓRIO, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município da Estância Balneária de Ilhabela, incluídos os órgãos do Poder Legislativo e da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, bem como a Fundação Arte e Cultura de Ilhabela - FUNDACI e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais - ILHABELAPREV, é o estatutário, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - Adicional: vantagem remuneratória calculada sobre o vencimento-base do servidor ou devida, a título de valor nominal fixo ao servidor, em decorrência de condições funcionais temporárias ou permanentes, nos termos desta legislação;

II - Avaliação Especial de Desempenho: avaliação utilizada para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme o art. 41, § 4º, da Constituição Federal;

III - Cargo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, disciplinadas pelo regime estatutário;

IV - Cargo Amplo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades genéricas, mas passível de operacionalização em atribuições especializadas, definidas segundo perfil;

V - Cargo Efetivo: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, provido através de concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

VI - Cargo em Comissão: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por livre nomeação, nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal;

VII - Cargo Estrutural: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento no âmbito de Cargo em Comissão e Função de Confiança;

VIII - Carreira: perspectiva de evolução e desenvolvimento funcional no âmbito do cargo efetivo do qual o servidor é titular, operacionalizado por meio da Progressão Vertical e Horizontal, nos termos de legislação específica;

IX - Comissão de Avaliação Especial de Desempenho: colegiado responsável por promover e gerenciar o processo de avaliação especial de desempenho;

X - Compensação de Horas: regime de compensação de jornada em relação a quantitativo de horas que exceda a jornada padrão do servidor, nos termos desta Lei Complementar;

XI - Concurso Público: processo seletivo composto por provas, ou provas e títulos, que permite a investidura a emprego ou cargo público nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

XII - Estabilidade: situação relativa a servidor habilitado em concurso público e empossado que, ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo público, e ser submetido e aprovado em estágio probatório, garante sua permanência funcional no serviço público;

XIII - Função de Confiança: unidade laborativa com denominação própria e número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades de direção, chefia ou assessoramento, provido por meio de designação de servidor titular de cargo efetivo, nos termos do art. 37, V, da Constituição Federal;

XIV - Nomeação: forma de provimento em cargo público de caráter efetivo ou em comissão;

XV - Perfil: unidade laborativa especializada, atrelada a cargo amplo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de conjunto de atribuições e responsabilidades específicas derivadas das atribuições genéricas do cargo amplo;

XVI - Posse: momento relativo à investidura em cargo público, e que indica o início dos direitos e dos deveres do cargo;

XVII - Readaptação: atribuição de atividades ou funções compatíveis com a capacidade física ou psíquica do servidor, em conformidade com exame médico pericial;

XVIII - Reversão: retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, ou no interesse da administração;

XIX - Vencimento-base: retribuição pecuniária devida ao servidor pelo exercício de cargo, de acordo com o Nível e Grau, em Tabela de Vencimentos específica.

(...)

TÍTULO II DO REGIME DE TRABALHO

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º Assegura-se, às pessoas portadoras de deficiência, o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concurso.

§ 2º Na hipótese de ingresso em cargo amplo organizado por meio de perfis, o servidor, a interesse da Administração Pública Municipal e mediante seu consentimento, poderá ser mobilizado em perfil diverso, desde que respeitado o requisito correspondente.

§ 3º Legislação específica poderá regulamentar o ingresso de estrangeiros em situações afetas ao interesse público, desde que atendida a legislação federal atinente ao tema.

Art. 7º O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder Público Municipal, bem como de dirigente máximo de ente da Administração Pública Indireta Municipal.

Parágrafo único. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação;
- II - Reversão;
- III - Reintegração;
- IV - Recondução;
- V - Aproveitamento;
- VI - Readaptação.

Parágrafo único. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

SEÇÃO II DA NOMEAÇÃO

Art. 9º A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, no nível e grau inicial da carreira correspondente ao cargo de ingresso, conforme legislação regente do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos aplicável;

II - em comissão, nos cargos e vagas previstos na legislação regente da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Ilhabela.

Parágrafo único. A nomeação para cargo inicial de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

SEÇÃO III DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 10. O concurso público, de provas ou de provas e títulos, será promovido por meio de edital específico, que deverá atender os requisitos previstos pela legislação regente do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, bem como regulamentos específicos pormenorizadores de atribuições, perfis e lotações.

§ 1º O concurso público terá a validade de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, permitindo-se a realização de etapas eliminatórias, a serem previstas em edital, que podem compreender, exemplificativamente e de forma correlacionada às especificidades do cargo:

- I - conhecimento teórico;
- II - aptidão em prova oral;
- III - avaliação psicotécnica ou física;
- IV - investigação social;
- V - curso de formação, de caráter eliminatório e classificatório.

§ 2º Na hipótese de o cargo exigir curso de formação como última etapa do respectivo concurso, nos termos da legislação específica, o candidato aprovado nas fases anteriores será enquadrado como Candidato em Formação.

§ 3º O número de vagas previsto em concurso público válido gera direito de nomeação pelo candidato aprovado, a ser convocado de acordo com sua ordem de classificação e necessidade da Administração Pública Municipal.

§ 4º A Administração Pública Municipal está autorizada a prever, em edital de concurso público, cadastro de reserva, direcionado a suprir eventual necessidade ou imprevisto de recrutamento do seu quadro funcional.

§ 5º A Administração Pública Municipal não está obrigada a nomear os candidatos aprovados em cadastro de reserva.

SEÇÃO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 11. Posse é a investidura em cargo público, momento que indica o início dos direitos e dos deveres do cargo e gera as correspondentes restrições, impedimentos e incompatibilidades.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do ato de provimento.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!